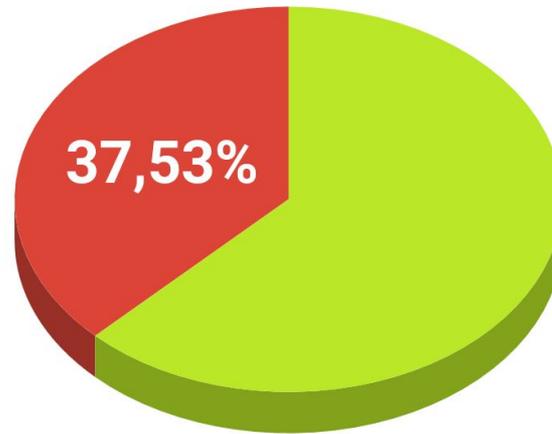


# PROJETO DE LEI n. 89/2019 Redução do Duodécimo

# ALERTA!

A aprovação do Projeto de Lei n. 89/2019 poderá acarretar a **redução de 37,53%** da estrutura do MPSC.



# Cenário 1: Proposta do Executivo de redução do percentual do duodécimo

## Redução do percentual do duodécimo

**Dispositivo:** Art. 24, IV, e inclusão de parágrafo 3º

**Art. 24.** Na elaboração dos orçamentos da ALESC, do TJSC, do MPSC, do TCE/SC e da UDESC, serão observados os seguintes limites percentuais de despesas em relação à receita líquida disponível:

[...]

**IV – MPSC: 3,58% (três inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento);**

**MPSC: 3,58%**

## Cenário atual - LDO 2019

**3,98%** da RLD =  
**R\$ 700.202.601,00**

## Cenário proposto - LDO 2020

**3,58%** da RLD =  
**R\$ 624.893.488,00**

**Redução:  
R\$ 75.309.113,41  
(10,75%)**

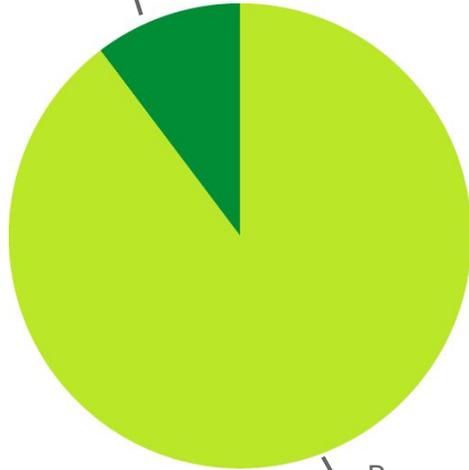
**Participação do MPSC na  
RLD no cenário proposto:  
R\$ 624.893.488,00**



**Redução do percentual do duodécimo para 3,58%**

3,98%

Serviços administrativos,  
tecnologia e manutenção  
R\$ 80.896.245,00



Despesa com pessoal  
R\$ 619.306.356,00

## Orçamento MPSC 2019

3,58%

**Redução**  
**R\$ 75.309.113,41**



# CONSEQUÊNCIAS

**Extinção dos GAECOs:** o **Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas**, que tem como finalidade a identificação, prevenção e repressão à criminalidade e aos delitos de maior complexidade, cuja atuação é amplamente conhecida pela sociedade catarinense, poderá deixar de existir.

# GAECO

## Operação Patrola: Prefeito e servidores de Tangará são afastados do cargo

O prefeito, que está preso preventivamente, comandava uma organização criminosa que fraudava licitações. Liminar obtida pelo MPSC também bloqueou bens e suspendeu licitações fraudadas.

30/3/2016 [LEIA MAIS](#)

## GAECO deflagra operação "Patrola - fase 2" com mais prisões no Oeste catarinense

A atual operação é uma continuação da Operação "PATROLA", desencadeada em fevereiro de 2016 nos municípios de Tangará, Chapecó e Joaçaba. Nesta fase, estão sendo cumpridos cinco mandados de prisão temporária, 25 de busca e apreensão e três de condução coercitiva em municípios da Serra, Meio-Oeste, Oeste e Extremo Oeste Catarinense.

31

## MPSC entrega documentos à FECAM a fim de prevenir irregularidades em licitações e avaliação de bens

As notas técnicas são orientações produzidas pelos Centros de Apoio, órgãos de suporte, para auxiliar a atuação dos Promotores de Justiça.

17/3/2017 [LEIA MAIS](#)

## MPSC desarticula esquema de propina para compra de máquinas pesadas em municípios catarinenses

A fraude foi descoberta durante a "Operação Patrola". A ação do MPSC já assegurou a devolução de mais de R\$ 6 milhões aos cofres públicos. Participam da organização criminosa empresários, prefeitos e outros agentes públicos.

## GAECO deflagra terceira fase da operação "Patrola" e prende mais cinco

Também foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão e três conduções coercitivas. A operação prossegue em cerca de 100 municípios catarinenses.

9/5/2016 [LEIA MAIS](#)

# Consequências

**Extinção dos GEACs:** os **Grupos Especiais Anticorrupção**, 8 grupos regionais constituídos para atuar em conjunto com os Promotores e Procuradores de Justiça nas investigações e ações mais graves e complexas, cíveis e criminais, tanto na área da moralidade administrativa como nos crimes praticados por Prefeitos, poderão ser extintos.



## Concluída primeira fase de investigações da Operação Leite Adulterado III

O Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (GAECO) concluiu, nesta quarta-feira, as investigações sobre a Operação Leite Adulterado III.

30/10/2014

## Em três meses de trabalho, Grupo Especial Anticorrupção do MPSC oferece 27 ações judiciais

São três denúncias criminais e 24 ações civis públicas, nove por desvio de subvenções sociais e dezoito fruto do desmembramento da operação "Fundo do Poço."

29

## MPSC fortalece investigação para intensificar o combate à corrupção e ao crime organizado

O Grupo Especial Anticorrupção (GEAC) foi regionalizado e passa a atuar em conjunto com o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO).

## Operação do GEAC e GAECO apreende documentos na prefeitura de Monte Carlo

Investigação da 2ª Promotoria de Justiça do município apura fraude em licitação de máquinas e insumos.

## Sete réus são condenados na primeira sentença resultante da Operação Patrola

Foi julgada a primeira das mais de 40 ações penais ajuizadas pelo MPSC após investigar fraudes em licitações para compra de peças e serviços de manutenção de máquinas pesadas em 39 municípios catarinenses.

31/1/2018 [LEIA MAIS](#)

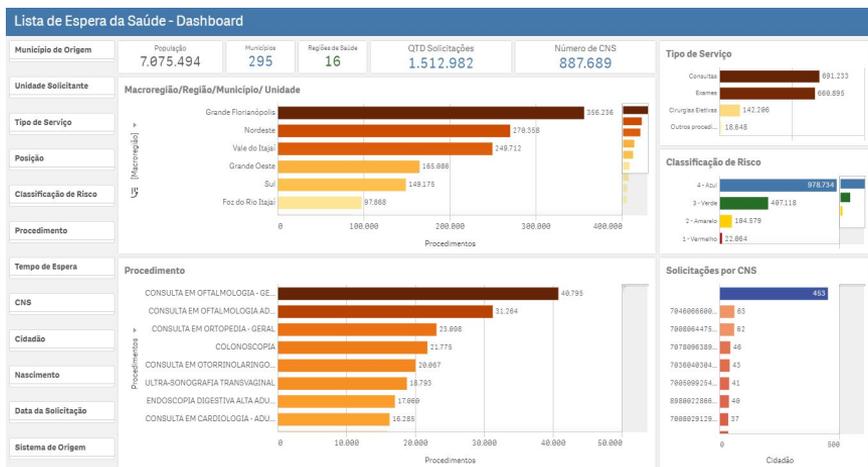
**Extinção das Promotorias de Justiça da Ordem Tributária:** redução da atuação de combate à sonegação fiscal.

De 2011 a 2018, ações do MPSC na repressão aos delitos fiscais, em parceria com a Secretaria do Estado da Fazenda (SEF) e, mais recentemente, com a Procuradoria-Geral do Estado (PGE/SC), resultaram na recuperação de R\$ 715.553.966,14 aos cofres públicos.

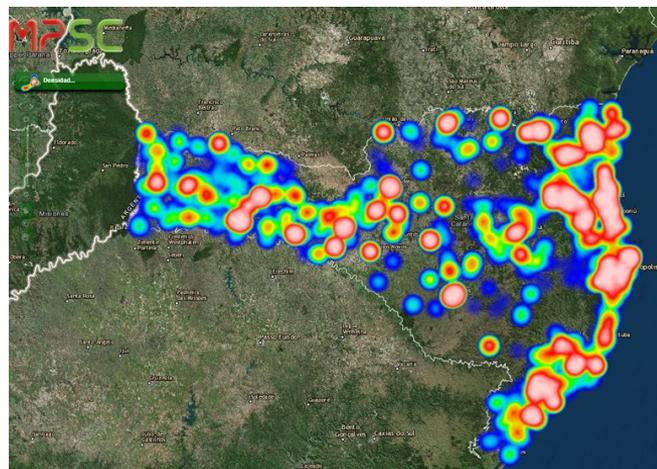
De 2011 a 2018 foram recuperados

**R\$ 715.553.966,14**  
aos cofres públicos

Interrupção de projetos de inovação, como as ferramentas baseadas em *Business Intelligence* aplicadas na elaboração de manchas de criminalidade e na avaliação das listas de espera por serviços de saúde no Estado.



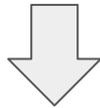
Tela: Lista de Espera da Saúde.



Tela: Mapa da violência doméstica em SC.

## Consequências

Das 375 Promotorias de  
Justiça, restarão:



312

63

COM **63** PROMOTORIAS DE JUSTIÇA  
A MENOS, HAVERÁ UMA **DRÁSTICA**  
**REDUÇÃO:**

Combate à criminalidade;

Combate à corrupção;

Defesa do meio ambiente;

Defesa do SUS;

Proteção dos idosos, das crianças e das  
pessoas com deficiência.

# Cenário 2: Proposta do Executivo de redução do percentual e da base de cálculo

## Mudança na base de cálculo

**Dispositivo:** parágrafo único do artigo 56.

**Art. 56.** Será efetuada a desvinculação de órgão, fundo ou despesa, no montante de **30% (trinta por cento)** das receitas do Estado relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes, nos termos da Emenda à Constituição da República nº 93, de 8 de setembro de 2016.

**Parágrafo único.** As receitas de que trata o caput deste artigo serão registradas na unidade gestora do Tesouro Estadual, na fonte 0.103 - Recursos Ordinários - Desvinculação de Receitas do Estado (DREM), e as dotações orçamentárias, na unidade gestora dos Encargos Gerais do Estado, as quais **poderão ser remanejadas entre os órgãos por decreto do Governador do Estado.**

## Mudança na base de cálculo

De:

**100% RLD**

Para:

**70% RLD**

**30% RLD**



**MPSC 3,58%**



Desvinculação de Receitas do Estado  
(DREM) - Fonte 103

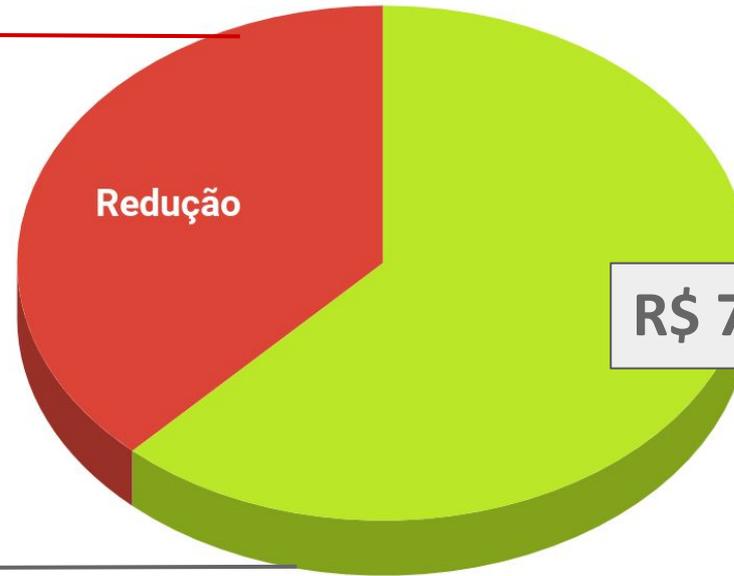
## Cenário atual - LDO 2019

**3,98%** da RLD =  
**R\$ 700.202.601,00**

## Cenário proposto - LDO 2020

**3,58%** de 70% da RLD =  
**R\$ 437.425.411,30**

**Redução:  
R\$ 262.777.159,70  
(37,53%)**

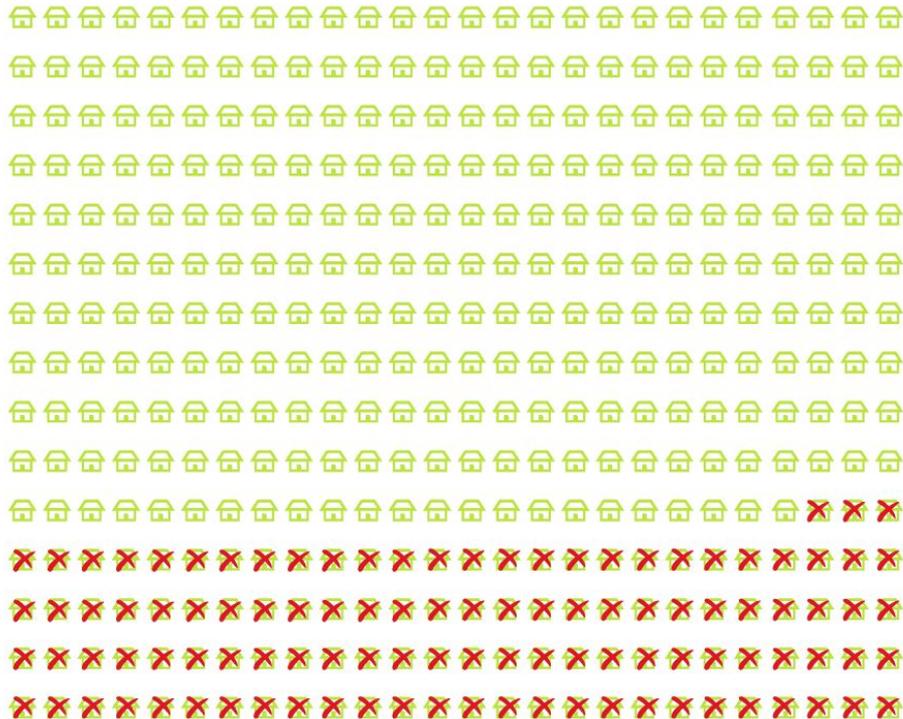


**Participação do MPSC na  
RLD no cenário proposto:  
R\$ 437.425.441,30**

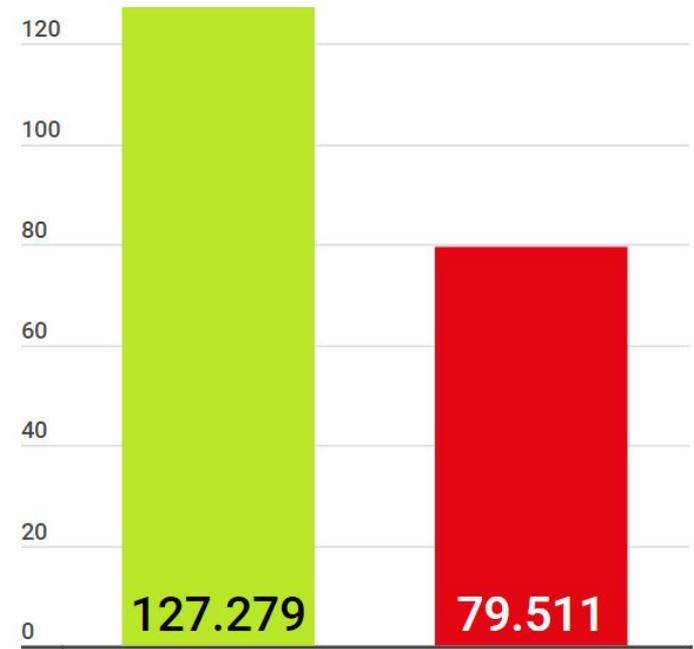
**Redução do percentual e da base de cálculo**

## 2020: redução dos serviços prestados

### Possibilidade de fechamento de 141 PJs (37%)

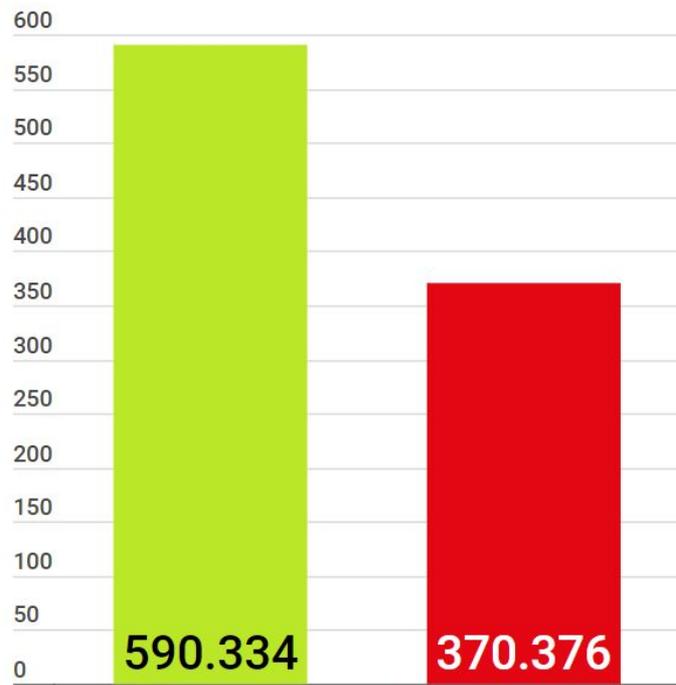


### ATENDIMENTOS AO PÚBLICO

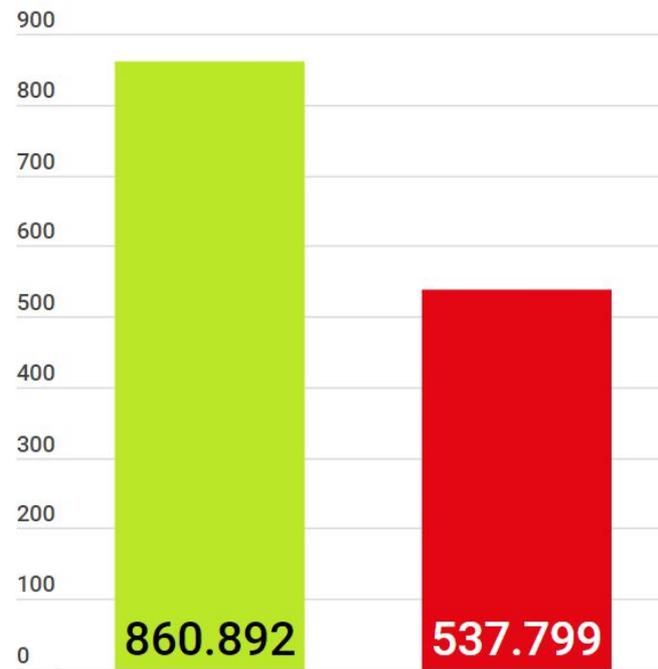


## 2020: redução dos serviços prestados

### Procedimentos e processos da área cível e da infância



### Procedimentos e processos criminais



# O Ministério Público de Santa Catarina defende a manutenção do duodécimo